

1 **3ª. REUNIÃO DO FÓRUM PAULISTA DE COMITÊS DE**
2 **BACIAS HIDROGRÁFICAS – FPCBH 2024**

3 **Data:** 29 de Novembro de 2024
4 **Horário:** 09:30h
5 **Local:** Plataforma Teams - reunião online

Comitê	Entidade	Nome
CBH-PP	DAEE	Álvaro Yanagui
CBH-SP	UNICA	André Elia
CBH-PS	DAEE	Camila Bortholace
	ANA	Márcio de Araújo Silva
CBH-SMT	SP-AGUAS	Caroline Túbero Bacchin
	ANA	Ewandro Andrade Moreira
CBH-AT	SEMIL	Laura Naliato Perez
CBH-BS	CETESB	Vivian Marrani Marques
CBH-BS	PM. Praia Grande	Rui Smith
CT-PG	Assoc. Dos Eng. Arq. De Bertioga	Nelson Portéro
CBH-AT	FABHAT	Ana Sedlaceck
CBH-ALPA	DAEE	David Ayub

CBH-SJD	DAEE	Eliana Cristina Mariano
CBH-AT	FABHAT	Helio Cesar Suleiman
CBH-Mogi	DAEE	Irene Sabatino
CBH-SMG	DAEE	Jorge Carvalho
CBH-BPG	DAEE	Luciana Cunha
CBH-AP	DAEE	Luís Sérgio
CBH-BT	DAEE	Luís Otávio Manfré
CBH-PARDO	DAEE	Marden Strini
CBH-PS	Secretaria de Meio Ambiente	Maria Eduarda San Martin
CBH-AT	UFABC	Melissa Graciosa
CBH-SM	DAEE	Mostarda
CBH-PP	DAEE	Mylenni Lima Sugui
CBH-AP	DAEE	Suraya Modaelli
CBH-ALPA	DAEE	Thiago
CBH-TG	DAEE	Márcia Regina Brunca

6 **1. Abertura.** Após a abertura com as boas-vindas aos
7 participantes iniciou-se então a apresentação do Pacto pela
8 Governança das Águas, com Márcio de Araújo Silva da Agência
9 Nacional de Águas e Saneamento Básico-ANA, cujo objetivo
10 principal é fortalecer a relação institucional entre a Agência
11 Nacional de Águas (ANA) e as unidades da Federação, com foco
12 na gestão de recursos hídricos, saneamento básico e segurança
13 de barragens.

14 **2. Informes. 2.1 Comunicações do Coordenador Geral; 2.2**
15 **Comunicações da Coordenadora Adjunta; 2.3 Comunicações**
16 **da Secretária Executiva; 2.4 Comunicações do Secretário**
17 **Executivo Adjunto.** Não houve comunicações relevantes. **3.**
18 **Ordem do dia. 3.1 Aprovação das Atas das reuniões ocorridas**
19 **em 27/03 e 12/05/2024.** A ser aprovado na próxima reunião. **3.2**
20 **Nivelamento e Envolvimento dos CBHs Paulistas nos Pactos**
21 **pela Governança da Água.** Márcio de Araújo Silva da Agência
22 Nacional de Águas e Saneamento Básico-ANA apresentou. Em
23 síntese, os três objetivos específicos do Pacto são: gestão de
24 recursos hídricos, saneamento básico e segurança de barragens.
25 O saneamento básico não foi inserido como objetivo prioritário
26 para o estado de São Paulo, devido a especificidades regionais.
27 Para o Pacto realizaram 27 oficinas em diferentes unidades da
28 Federação. Nessas oficinas, os estados apresentaram os gargalos
29 em cada política pública abordada no Pacto, sendo realizadas
30 reuniões preparatórias para orientar as discussões. Após as
31 oficinas, as informações foram consolidadas em notas técnicas,

32 detalhando os planos de ação específicos de cada estado. São
33 Paulo foi um dos primeiros estados a assinar o Pacto, junto com
34 Minas Gerais, Ceará e Amapá, em dezembro de 2023. No total o
35 Pacto contempla 593 ações, sendo 24 específicas para São Paulo.
36 Essas 593 ações são distribuídas em três grupos: intervenções já
37 realizadas pela ANA, demandas específicas dos estados e as
38 Ações de Integração com os estados. Com relação as
39 intervenções já realizadas pela ANA, estão o Monitor de Secas, a
40 Sala de Situação, o Programa Produtor de Água e o Programa
41 ProGestão, que foi destacado como uma ferramenta fundamental
42 para as ações do Pacto em São Paulo, com alto índice de
43 cumprimento de metas nos ciclos anteriores. Cumpriram
44 aproximadamente 90%. Sobre o monitor de secas, a importância
45 do Programa como uma ferramenta estratégica para o
46 planejamento hídrico, apresentando dados recentes, de setembro
47 e outubro de 2024, e o papel dos Comitês de Bacia para a
48 validação. O Diretor Presidente da Fundação Agência Bacia
49 Hidrográfica do Alto Tietê- FABH-AT, Hélio Cesar Suleiman
50 questionou se seria possível utilizar dados históricos de cinco anos
51 para prever os cenários futuros e Márcio respondeu que o Monitor
52 de Secas inclui indicadores hidrológicos, meteorológicos e
53 agrícolas, mas que ainda há espaço para avanços e concordou
54 com a sugestão de direcionar esforços para as previsões futuras.
55 A Secretária Executiva do CBH-SMT complementou a discussão,
56 destacando que o fortalecimento da rede de observadores
57 estaduais é essencial para melhorar a validação dos dados,

58 sugerindo que os Comitês de bacia participassem mais ativamente
59 desse processo, garantindo maior precisão e abrangência das
60 informações coletadas. Com relação às demandas específicas de
61 São Paulo, Márcio mencionou o apoio técnico solicitado para a
62 gestão do Aquífero Guarani e medidas de proteção de nascentes,
63 além de ações específicas para inundações na Serra do Mar. Além
64 destas, o Pacto também conta com as 13 ações de Integração
65 entre Bacias, que tem como foco a implementação de projetos e
66 medidas para possibilitar a ação e reflexão conjunta entre os
67 Comitês, visando pensar na Bacia Hidrográfica como um todo, e
68 respeitando a autonomia destas com relação a seus valores
69 específicos de cobrança. Hélio comentou sobre a importância de
70 integrar os Comitês de bacia nas discussões, mencionando que
71 bacias como o Alto Tietê enfrentam desafios muito sérios, mas
72 frequentemente ficam de fora das decisões estratégicas e solicitou
73 que o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas fosse
74 mais proativo na inclusão dessas bacias. Márcio destacou que o
75 Pacto, em sua primeira fase, priorizou ações em bacias
76 compartilhadas devido à necessidade de alinhar políticas em
77 territórios de maior complexidade regulatória. No entanto,
78 concordou que o envolvimento de todos dos CBHs é essencial e
79 propôs a realização de Oficinas Regionais para fortalecer a
80 integração e o compartilhamento de informações entre todos os
81 Comitês, garantindo que todos possam participar das decisões de
82 forma mais ativa. Márcio finalizou a apresentação destacando a
83 necessidade de harmonização da cobrança pelo uso da água,

84 citando o impacto em bacias como o Paraíba do Sul, onde as
85 diferenças nas políticas estaduais podem causar desequilíbrios
86 significativos.

87 Ewandro Andrade Moreira, da Agência Nacional de Águas e
88 Saneamento Básico (ANA), iniciou sua apresentação destacando
89 os recursos provenientes da desestatização da Eletrobras,
90 regulamentados pela Lei 14.182/2021 e Decretos complementares.
91 Explicou que parte significativa dos recursos foram destinada ao
92 programa de revitalização de recursos hídricos, com foco nas
93 bacias do São Francisco, Paraíba e áreas de influência dos
94 reservatórios das usinas de Furnas. Os valores anuais alocados
95 para essas iniciativas são expressivos, R\$ 350 milhões anuais
96 para as bacias do São Francisco e Paraíba, R\$ 295 milhões para
97 navegabilidade nos rios Madeira e Tocantins, e R\$ 230 milhões
98 para as áreas de influência de Furnas. Esses valores são
99 administrados por Comitês gestores criados especificamente para
100 esse fim, como o Comitê Gestor da Conta Programa de Furnas,
101 composto por representantes ministeriais, a Agência Nacional de
102 Águas-ANA e a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de
103 Meio Ambiente-ABEMA.

104 Ewandro apresentou as diretrizes definidas para a aplicação
105 desses recursos, incluindo a promoção da infiltração de água no
106 solo, a redução de cargas de sedimentos, o combate à poluição, a
107 recarga de aquíferos e a mitigação de eventos extremos, como
108 secas e inundações. Enfatizou que todas as propostas de projetos

109 devem ser fundamentadas nos planos de bacia, no Plano Nacional
110 de Recursos Hídricos e no Programa Nacional de Revitalização,
111 garantindo que as ações sejam integradas e alinhadas às metas
112 estratégicas. Ao abordar as propostas de projetos já apresentadas
113 pela ANA, Ewandro destacou iniciativas como a recuperação de
114 áreas degradadas no Alto da Mantiqueira, a instalação de
115 comportas na Baixada Campista e a implementação de uma rede
116 de monitoramento por radares no Rio de Janeiro, com
117 investimento previsto de R\$ 91 milhões em 10 anos. Para o estado
118 de São Paulo, existe o Plano de Drenagem, que abrange 45
119 municípios, com destaque para Sarapuí e Boituva, que totalizam
120 R\$ 606 milhões de investimentos. Outros projetos, incluem a
121 recuperação de nascentes e gestão de aquíferos, bem como a
122 ampliação da infraestrutura hídrica em áreas urbanas vulneráveis.
123 Ewandro também abordou a harmonização das cobranças pelo
124 uso da água em bacias compartilhadas, como o Paraíba do Sul,
125 destacando que diferenças nas políticas estaduais podem gerar
126 desequilíbrios significativos e dificultar a gestão integrada. Sugeriu
127 a criação de um Grupo de Trabalho para revisar essas práticas e
128 propor soluções que promovam maior equidade e eficiência. Hélio
129 ressaltou que, embora os projetos apresentados sejam de grande
130 relevância, há uma necessidade urgente de incluir Comitês de
131 bacias menores e intra-estaduais na discussão, reiterando que o
132 Fórum Paulista de Comitês de Bacias deve atuar como mediador
133 para garantir que todos os Comitês tenham acesso às informações
134 e possam participar ativamente das decisões estratégicas e na

135 priorização de projetos, enfatizando a necessidade de diálogo e
136 trabalho conjunto.

137 Márcio reconheceu a importância do ponto levantado por Hélio e
138 reforçou que a ampliação da participação dos Comitês é um
139 objetivo contínuo no Pacto. Ambos acordaram em realizar Oficinas
140 Regionais para nivelar o conhecimento entre os Comitês e
141 identificar demandas específicas, garantindo que os projetos e
142 recursos sejam distribuídos de forma mais equitativa.

143 O Diretor Técnico do DAEE, Luís Otávio Manfré, destacou que a
144 irrigação, que antes não era um problema tão evidente, se tornou
145 uma preocupação central, com a expansão significativa do uso da
146 água para a produção agrícola, como é o caso da cana-de-açúcar,
147 gerando impactos sérios na disponibilidade dos recursos hídricos,
148 especialmente em áreas já vulneráveis. Ressaltou a necessidade
149 de revisar as políticas de alocação de água, especialmente no que
150 diz respeito à irrigação agrícola, apontando que as regras atuais,
151 muitas vezes não refletem a realidade do consumo, sugerindo que
152 fosse revisada a cobrança pelo uso da água do setor rural, até
153 porque os valores cobrados atualmente estão defasados. Laura
154 Naliato Perez (SEMIL) concordou e mencionou a dificuldade para
155 aprovar a Cobrança Rural pelo uso da Água, destacando que a
156 cobrança rural no estado de São Paulo se tornou um ponto de
157 grande preocupação, que não é suficiente para financiar a gestão
158 hídrica e não incentiva o uso responsável.

159 O representante da União da Agroindústria Canavieira do estado
160 de São Paulo (UNICA) André Elia, destacou que, enquanto a
161 irrigação tem crescido como uma resposta às mudanças climáticas
162 e às condições extremas, é essencial que ela seja implementada
163 de forma planejada e sustentável. Apontou que os produtores
164 estão buscando alternativas para lidar com os impactos climáticos
165 e garantir a produtividade agrícola, mas reconheceu que é preciso
166 equilibrar essas demandas com a necessidade de preservar os
167 recursos hídricos.

168 Hélio enfatizou que o planejamento e a gestão integrada são
169 fundamentais para lidar com os diversos desafios para a boa
170 gestão dos recursos hídricos. Sugeriu a criação de mecanismos
171 mais robustos de gestão e controle do uso da água, com base em
172 dados precisos e com uma participação mais proativa de todos os
173 atores e setores envolvidos. Mencionou ainda a importância de
174 integrar os planos de bacia com as demandas regionais e
175 setoriais, garantindo que as decisões sejam tomadas com base em
176 critérios técnicos e na realidade local e reiterando a pertinência de
177 se realizarem oficinas, medida que foi consenso entre todos.
178 Márcio agradeceu as contribuições e destacou que as questões
179 levantadas são extremamente relevantes para o Pacto, sugerindo
180 que essas discussões fossem aprofundadas em oficinas
181 específicas, nas quais os Comitês de Bacia, os representantes
182 estaduais e os setores econômicos pudessem trabalhar juntos na
183 busca de soluções equilibradas e sustentáveis. Houve
184 concordância por consenso. E reforçou a importância do Fórum

185 Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas como canal
186 articulador garantindo, inclusive que as prioridades sejam definidas
187 de forma colaborativa.

188 **4. Outros assuntos e 5. Encerramento.** Com os agradecimentos
189 pela presença de todos foi destacado também o compromisso
190 coletivo no enfrentamento dos desafios da gestão hídrica.
191 Comunicado que a próxima reunião será agendada em breve, para
192 dar continuidade as discussões e acompanhar o progresso das
193 ações do Pacto. Esta Ata de reunião do FPCBHs foi elaborada
194 pelo Taquígrafo Dartan Gravina com a revisão da Secretaria
195 Executiva do FPCBH.

196 **Vanderlon Gomes**
197 Coordenador Geral do FPCBH

198 **Melissa Cristina Graciosa**
199 Coordenadora Adjunta do FPCBH

200 **Hélio Cesar Suleiman**
201 Secretário-executivo adjunto do FPCBH